

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

ISRAEL MIELLI DE CASTRO

**UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA
POLÍTICA NA BNCC DO ENSINO MÉDIO**

**São Paulo
2020**

ISRAEL MIELLI DE CASTRO

UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA POLÍTICA
NA BNCC DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao
Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Gloria da Anunciação Alves

São Paulo
2020

Castro, Israel Mielli de

Uma Análise da Abordagem da Geografia Política na BNCC do Ensino Médio/Castro, Israel Mielli orientador Prof.^a Dr^a. Gloria da Anunciação Alves – São Paulo, 2020.
47f.

Orientadora: Gloria da Anunciação Alves

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Bacharel em Geografia. Campus São Paulo, São Paulo, 2020

1. Geografia Política 2. Ensino de Geografia 3. BNCC

I. Castro, Israel Mielli (Autor); II. Alves, Gloria da Anunciação (Orientadora); III. Uma Análise da Abordagem da Geografia Política na BNCC do Ensino Médio

RESUMO

Em 2018 foi divulgada a nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, estabelecendo os conteúdos mínimos que devem ser ensinados nas escolas. As disciplinas tradicionais foram agrupadas em áreas do conhecimento e seus conteúdos são trabalhados a partir de competências e habilidades. Nesse contexto, o presente trabalho busca apresentar como a Geografia Política é trabalhada na nova Base e quais são suas possíveis contribuições na formação dos estudantes.

Palavras Chave: Geografia Política, Ensino de Geografia, BNCC

ABSTRACT

In 2018 the new National Common Curriculum Basis was issued to establish minimum content to be taught at schools. The traditional disciplines have been grouped in knowledge areas and their contents to be worked out according to competencies and abilities students should develop. Considering this context, the aim of this paper is to present how Political Geography is considered in the new Basis and which contributions it brings to student's formation.

Key Words: Political Geography, teaching of Geography , BNCC

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Principais temas de Geografia Política abordada em colégios estaduais de Salvador (BA) conforme opinião de professores e segundo a ordem média de importância**29**

Tabela 2 - Sugestões destacadas em a importância de se abordar temas relacionados à Geografia Política nas salas de aula**30**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2 A HISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA POLÍTICA	11
2.1 Origens da Geografia Política	11
2.2 A geografia política no pós-guerra e na contemporaneidade.....	18
3. A GEOGRAFIA POLÍTICA NA BNCC DO ENSINO MÉDIO.....	23
3.1 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus objetivos.....	23
3.2 A Geografia Política e o ensino de Geografia	26
3.3 A Geografia Política na BNCC.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Em 2018 foi aprovado o documento da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Entre os seus objetivos está a reorganização das disciplinas tradicionais, com seu reagrupamento em áreas de conhecimento e a criação de uma maior flexibilidade dos conteúdos curriculares ao longo dos anos do Ensino Médio. A base ainda afirma querer promover a criação de cidadãos mais críticos, atentos aos problemas sociais atuais, tanto brasileiros como mundiais. Além disso, o documento organiza os objetivos de aprendizagem dos estudantes em competências e habilidades, tanto gerais quanto específicas a cada área do conhecimento.

Dentre as competências e habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destacam-se conteúdos relacionados à Geografia Política. A importância da Geografia Política como parte da Geografia assume um outro caráter social fundamental, como aponta Martins (2010): o fato de a Geografia ser também uma disciplina escolar cria uma responsabilidade por parte dessa ciência de discutir a educação.

A relação entre os campos científicos da Geografia e da Geografia Política data de suas institucionalizações como disciplinas acadêmicas, como apontam Eduardo Donizeti Giroto e David Augusto Santos em artigo sobre a geopolítica e o ensino de geografia (2011). O desenvolvimento desses campos esteve diretamente associado às disputas políticas por territórios e recursos de Estados europeus, com destaque para França e Alemanha.

A evolução dessas disciplinas continha um caráter essencial como conhecimento para as autoridades estatais devido à etapa do desenvolvimento capitalista em que esses países se encontravam, a saber, a virada do Capitalismo Industrial para o Capitalismo financeiro, quando muitos recursos naturais e construção de infraestruturas eram fundamentais para a conquista de novos mercados (GIROTO; SANTOS, 2011). Sendo assim, o Estado era o principal agente analisado no discurso da Geografia Política.

Com o passar do tempo, o significado e a importância da Geografia Política sofreu uma alteração, especialmente após a 2ª Guerra Mundial, quando essa disciplina foi, de certa forma, renegada pelas ciências sociais em vários países, ficando restrita aos estudos realizados pelos setores militares. Contudo,

especialmente a partir dos anos 80, essa disciplina retomou sua importância acadêmica, como apontam André Louis Sanguin (2014) e Wanderley Messias da Costa (2008). Hoje a Geografia Política analisa as relações de poder a partir de novas perspectivas, não apenas a partir da ação de Estados, mas também de movimentos sociais, grupos terroristas, empresas transnacionais, entre outros agentes políticos (MARTINS, 2010; RICETO 2017).

Sendo assim, o trabalho se dividirá em dois capítulos. O primeiro capítulo está organizado em 2 itens: 2.1 – Origens da Geografia Política e 2.2 – A Geografia Política no pós-guerra e na contemporaneidade. Será realizada uma discussão sobre a história e a importância da Geografia Política para a Geografia, abordando seus principais autores e suas contribuições para essa disciplina. A Geografia Política será analisada, na sua forma moderna, desde a fundação por Ratzel na Alemanha, passando pelo seu período de crise após a segunda guerra, até chegar ao período em que foi resgatada e voltou a ser mais pesquisada a partir dos anos 70, com uma grande mudança de discurso, reconhecendo novos agentes como atores de políticas territoriais. Para essa parte do trabalho, realizou-se a leitura de dois livros: *Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições*, de Iná Elias de Castro e *Geografia Política e Geopolítica* de Wanderley Messias da Costa. Também houve o estudo de um artigo de José William Vesentini: *Repensando a Geografia Política. Um breve histórico e a revisão de uma polêmica atual*.

O segundo capítulo está dividido em 3 itens: 3.1 - A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus objetivos; 3.2 - A Geografia Política e o ensino de Geografia e 3.3 - A Geografia Política na BNCC. Nele, será abordado quais são os objetivos da BNCC e o tipo de estudante que ela almeja formar, quais as possíveis contribuições da Geografia Política para atingir esses objetivos e quais são as habilidades e competências em que aparecem conceitos de Geografia Política nas Ciências Humanas, dentro da BNCC do Ensino Médio. As referências para a construção desse capítulo foram artigos sobre o ensino de Geografia Política no Ensino Médio: *A Geopolítica no Ensino Médio: uma área intimamente geográfica* de Álisson Riceto; *Geografia Política e Geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia* de Vanessa Teixeira e Márcia da Silva; *O ensino de Geografia Política local na Escola como perspectiva de efetivação da Cidadania* de

Lara Borowski e Antônio Fonseca e *Os dizeres de Geografia Política nos livros didáticos de Geografia do ensino médio* de Ludmila Fonseca e Ivaine Tonini.

Há uma grande ambição por parte da BNCC de desenvolver nos estudantes uma consciência política muito forte, que compreenda os grandes debates e problemas sociais e econômicos atuais, em diferentes escalas. O presente trabalho analisará criticamente como os temas relacionados a Geografia Política aparecem na BNCC, expondo os problemas e os conceitos ausentes ao longo da mesma.

2 A HISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA POLÍTICA

Inicialmente esse trabalho trará uma revisão da história da Geografia Política para, posteriormente, analisar como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do Ensino Médio propõe que se trabalhe com ela e se é uma proposta satisfatória ou não. Nessa revisão, será apresentado alguns de seus principais autores, temas e problemas, também para, no próximo capítulo, poder discutir como essa área da Geografia pode contribuir com o ensino.

2.1 – Origens da Geografia Política

Para compreender a história da geografia política, deve-se voltar ao início da própria formação da Geografia acadêmica, na Alemanha do século XIX. A própria institucionalização dessa disciplina em sua forma moderna na Alemanha remonta às análises da relação entre o território e a Política feita pelo autor. Como aponta Costa:

A geografia política tem a idade da geografia moderna, aquela que se desenvolveu a partir de meados do século XIX na Alemanha, com Humboldt, Ritter e Ratzel. Diversamente das posteriores especializações da pesquisa geográfica, ela é parte mesma do movimento de constituição dessa disciplina. (2013[1988], p.19).

Castro (2005), concorda com essa posição, apesar de indicar que a expressão geografia política já havia sido criada anteriormente em 1750 por um filósofo francês, Turgot, em sua obra *Teoria de geografia política*:

Porém, a concepção moderna da geografia política, como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, data do final do século XIX, com a institucionalização da geografia e o reconhecimento da geografia política como uma subdisciplina formal na Alemanha, a partir dos trabalhos de Friedrich Ratzel. (CASTRO, 2005, p. 19).

Vesentini (2010) demonstra que outros pesquisadores advogaram origens mais antigas para essa temática. Heródoto no século V a.C., Aristóteles em IV a.C. ou Montesquieu em sua obra *O espírito das leis* do século XVIII foram apontados como iniciadores desta modalidade do saber por alguns pesquisadores, tais como Yves Lacoste e Jean Gottman. Contudo, mesmo esses autores defendendo essa origem remota para a geografia política, eles admitem que com Ratzel se iniciaria uma nova fase ou uma nova abordagem desse campo de estudo. Ficaria então o

questionamento: qual teria sido a novidade apresentada pela obra de Ratzel?
Vesentini argumenta que:

O que hoje entendemos como geografia política, destarte, lembra muito não o modelo de Aristóteles, tampouco o de Montesquieu, mas sim a ordenação criada por Ratzel. Explicitando melhor: Ratzel foi o iniciador da geografia política *no “sentido que esta passou a ter desde o final do século XIX até o presente”*, isto é, como um conjunto de temas interligados: Estado e território, as origens do Estado e as suas relações com o seu espaço físico, a política geográfica ou territorial, a cidade-capital e as suas funções, as relações entre a política e os meios de transportes e de comunicações, o exercício do poder no e com o espaço, os atores políticos e as suas territorialidades, etc. (VESENTINI, 2010, p. 128).

Ainda discutindo a origem da geografia política e tentando mostrar qual foi a originalidade do trabalho de Ratzel, Vesentini explica:

Devemos reiterar que na verdade Ratzel não criou o rótulo “geografia política”. Esse rótulo, conforme assinala CAPEL (1989), existe há séculos, havendo inúmeras obras dos séculos XVII e XVIII com esse título. Na verdade, essa expressão era comumente empregada nos estudos sobre tal ou qual país ou continente: seus rios e montanhas, suas cidades principais, a capital, etc. E, por outro lado, Ratzel também não foi o pioneiro na abordagem da dimensão espacial ou territorial da política, que, como já mencionamos, pode ser encontrada, mesmo *en passant*, nas obras de inúmeros pensadores: Aristóteles, Platão, Cícero, Maquiavel, Montesquieu, Hegel, etc. Todavia, esse geógrafo alemão iniciou uma nova abordagem e, malgrado a superficialidade de algumas de suas análises e observações (pelo menos para nós, hoje; e a bem da verdade também em contraponto com alguns outros autores do século XIX), não há nenhuma dúvida que ele foi o fundador da geografia política moderna. (2010, p. 129).

Admitindo-se assim que a Geografia moderna e, em especial, sua vertente política, se consolidou com os trabalhos de Ratzel na Alemanha, cabe a questão: o que levou que ela surgisse especificamente neste local?

Para compreender devidamente este fato, é necessário contextualizar o processo histórico que se passava na Alemanha na segunda metade do século XIX. Nesse período o país estava a avançar pelo seu projeto de unificação, sob a liderança da Prússia, e a própria delimitação das fronteiras do país se tornou uma questão a ser problematizada, devido a disputas com a vizinha França em torno de algumas áreas como a Alsácia, na fronteira oeste, pelas riquezas minerais essenciais ao projeto germânico. Soma-se a isso o contexto de desenvolvimento do Capitalismo no país, que já se encontrava na virada de sua fase industrial para a financeira, tornando-se fundamental a constituição de territórios coloniais para a obtenção de matérias-primas

e a construção de infraestruturas que seriam fundamentais para a conquista de novos mercados consumidores. Giroto e Santos (2011) reforçam essa concepção do desenvolvimento desses campos, a Geografia e a Geografia Política, associado às disputas por territórios no contexto supracitado.

Essas necessidades levaram intelectuais germânicos a pensar sobre os problemas políticos em relação ao território, tais como delimitação e formação de fronteiras, crescimento populacional e obtenção de recursos naturais. Esses temas tornaram-se essenciais para os primeiros geógrafos alemães, com destaque para Ratzel. Duas de suas obras, *Antropogeografia* (1882), e *Geografia Política* (1887) são elencadas por Costa (2013[1988]) como referências obrigatórias para qualquer estudo de história do pensamento geográfico-político. Contudo, o trabalho de Ratzel é bastante criticado devido a problemas de método e, por se tratar de obra essencial para o campo estudado nessa pesquisa, nos deteremos um pouco nessas críticas, pois elas valem também para os inúmeros trabalhos realizados nas décadas seguintes que foram inspirados pela obra do geógrafo alemão.

De acordo com Costa (2013[1988]) a geografia política iniciou seus estudos sobre o Estado já com um vício de origem, devido ao contexto histórico e científico na data de seu surgimento. A esse respeito ele faz um interessante apontamento:

Por outro lado, a chamada “escola geográfica” alemã era fortemente caracterizada pela influência do naturalismo (em particular pelas ideias de Darwin), o que resultou num conteúdo *determinista* em suas interpretações dos fenômenos sociais, entre eles os políticos. Daí a concepção do Estado enquanto “organismo vivo”, ou seja, entidade dotada de vida própria e que se move segundo “necessidades biológicas”, dentre elas a da sobrevivência e, daí a expansão (COSTA, 2013[1988], p.22).

Ou seja, a concepção darwinista de seleção natural das espécies foi, de certa forma, aplicada a uma entidade social que é o Estado. Nessa concepção, um Estado teria seu período de nascimento, de crescimento e desenvolvimento (de seu tamanho mesmo, ou no caso, seu território) e de morte, está associada à competição entre os da sua espécie (os outros Estados). Em essência, a concepção determinista citada pelo autor pode ser compreendida como o grau de relevância que a presença de recursos naturais, a forma do relevo ou o clima contribuem ou dificultam o desenvolvimento desse Estado.

Além da influência de Darwin, Costa (2013) aponta a influência do economista Thomas Malthus, para quem os Estados devem estar alertas para o crescimento populacional e a pressão desproporcional sobre seus recursos, em especial os alimentos. Nesse sentido Ratzel desenvolve o conceito de *Espaço Vital*, um território que constituiria um suporte para o desenvolvimento de uma dada nação e o fortalecimento de um determinado Estado. Consequentemente, para Ratzel, a importância do território é tão grande para uma nação que um povo poderia regredir ao perder parte dele.

Para Costa, essas tendências mecanicistas e naturalistas:

[...] impregnaram fortemente a geografia política alemã, e foram observadas em quase todos os autores posteriores a Ratzel, casos de O. Maull, A. Dix, culminando com Haushofer. Ganham intensidade até mesmo fora da Alemanha com R. Kjellen, um germanófilo sueco; H. Mackinder, geógrafo inglês, além de A. Mahan e N. Spykman, ambos norte-americanos. (COSTA, 2013[1988], p. 23).

Todos esses autores realizaram estudos pensando nos objetivos expansionistas de seus Estados, justificando estratégias imperialistas e belicistas, antes, durante e depois das 1ª e 2ª Guerras. Costa (2013) argumenta que esses estudos mais aplicados podem ser considerados geopolíticos e não apenas obras de geografia política. Ele diferencia esses dois saberes, a geopolítica e a geografia política, afirmando que a primeira é mais aplicada às políticas de Estados específicos, enquanto a segunda apresenta estudos mais amplos e universais, com um certo distanciamento crítico das políticas estatais.

Percebe-se que naquele contexto do surgimento da geografia política, muitos autores produziam obras de caráter particular, nacionalista, e que se imbricavam com a própria política estatal. Sendo assim, ele propõe um questionamento: seria possível afirmar que esses conhecimentos não possuem validade científica e seriam apenas ideologias? Ele afirma que não, “pela simples razão de que todo conhecimento, em especial o gerado pelas ciências sociais, não tem como ‘neutralizar-se’ ou ‘isentar-se’ diante do contexto e da realidade social em que ele é gerado”. (COSTA, 2013[1988], p. 21).

Em um livro posterior, *Geografia Política e Geopolítica*, derivado de sua tese de doutorado, o autor demonstra que é essencial que o Estado, como complexo

institucional aparelhado para múltiplas atividades, desenvolva suas próprias pesquisas sobre os temas da área, já que ele é o responsável, seja por delegação constitucional ou por autoproclamação, pela condução dos problemas territoriais. Sendo assim, seria precipitado afirmar que estas atividades estariam necessariamente ligadas aos setores militares, pois isso não é verdadeiro nem mesmo para os Estados autoritários, podendo as pesquisas da área serem produzidas em múltiplos espaços de pesquisa, incluindo as universidades (COSTA, 2010[1992]).

Sobre a separação entre a geografia política e a geopolítica, ele afirma que é uma discussão marcada por diversas contradições, a ponto de muitos autores optarem por passar ao largo dela. Entretanto, ele reconhece que parte da tradição desse setor identifica a geografia política como o conjunto de estudos sistemáticos de temas como a posição, a situação, e as características das fronteiras, entre outros, enquanto à geopolítica:

[...] caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira. (COSTA, 2010[1992], p.18).

Novamente ele critica como a geografia política em seu início, diferentemente da ciência política, raramente trabalhava teoricamente o conceito de Estado, adotando, com frequência e implicitamente, uma concepção genérica dele. Além disso, os autores em geral desconsideravam a vasta tradição que existia em torno da origem e do desenvolvimento do Estado moderno. Como consequência disso, a geografia política acabava por assumir uma concepção de Estado desprovida de contradições internas, como se não existissem classes sociais que disputassem seu controle. Desse modo, ocorria uma retirada de sua natureza humana, social e política, gerando, em suas palavras, uma *coisificação* do Estado (COSTA, 2010[1992]). Assim sendo, os conflitos internos a cada país, quando ocorrem, não são explicados pelas contradições da luta de classes, de movimentos partidários ou de outros grupos políticos, sendo considerados divisionismos frente a nações inimigas ou mesmo traição.

Em estudo publicado em 2010, Vesentini discute a origem da geografia política e faz uma análise crítica de seu histórico, e propõe expor alguns limites do

pensamento de Ratzel. A princípio é bom destacar como o autor expõe o motivo de Ratzel ser considerado o idealizador da geografia política. Para ele, foi o alemão que organizou, ou sistematizou, um conjunto de temas e conceitos que, a partir de então, tornaram-se conteúdo inquestionável de qualquer trabalho sobre o assunto, inclusive daqueles que o criticaram e debateram à época. Entre esses temas estão o estudo do território, no sentido de tamanho e formato, expansão e retração e sua localização absoluta ou relativa; das características das fronteiras e suas tipologias; da localização e importância das cidades-capitais; da importância da circulação pelo território e as políticas estatais sobre esse problema; da importância do solo para a constituição e evolução dos Estados e da importância da colonização e da guerra enquanto conquista territorial. Antes dessa sistematização, a geografia política tratava-se de estudos mais descritivos sobre países ou continentes.

Sobre esses temas, Vesentini (2010) aponta algumas insuficiências de Ratzel como seu viés eurocêntrico, desvalorizando outras culturas; a superestimação da importância do território para o desenvolvimento do Estado, que ele considera como o desenvolvimento da própria sociedade; e o fato de ele não enxergar outra forma de conflito que não o externo, a guerra entre Estados, crítica semelhante à realizada por Costa (2010) quanto à incapacidade do alemão de analisar contradições internas ao Estado.

Outra afirmação relevante trazida por Vesentini (2010) é que Ratzel foi o primeiro a trazer uma abordagem nomotética, ou seja, mais geral, da geografia política. Ele procurou conceituar as fronteiras, o território, as cidades-capitais de forma diferente do que era feito até então, de forma ideográfica, estudando as fronteiras da França ou dos Estados Unidos, o território da Rússia ou da Inglaterra, a cidade-capital da Suíça ou da Espanha e assim por diante. Ele se preocupou com os conceitos em si, sendo os casos particulares apenas exemplos. Por isso Vesentini defende que ele buscou construir uma geografia política científica, buscando leis ou princípios gerais, aplicáveis a qualquer situação.

Outra crítica realizada por Vesentini (2010) está na concepção naturalista e organicista do Estado adotada por Ratzel. Ele ainda pondera que em determinado ponto de sua obra *Geografia Política* (1887) ele observa que a comparação do Estado com um organismo não é totalmente fecunda, porém ele nunca desenvolve essa ideia

e continua detalhando essa mesma visão organicista, à época (e mesmo anteriormente) já superada por outros atores como Maquiavel e Marx.

Seguindo para um terceiro ponto de vista, Castro (2005) afirma que em sua origem, a geografia política se colocou o compromisso de compreender a política a partir da geografia, no sentido de procurar na natureza o marco teórico para explicar a vida política. Em seu livro, ela valoriza bastante a escala de análise (local, nacional ou global) nos diferentes períodos da Geografia Política. Ela defende que estratégias de controle e dominação a partir do território controlado pelo Estado nacional eram sempre questões importantes para a geografia política nas primeiras décadas do século XX, o que fez das escalas de análise nacional e global as mais adequadas aos estudos desse período.

Para essa autora é impossível separar a origem da geografia universitária das elites nacionais, devido ao momento de grandes disputas territoriais na Europa e de consolidação não apenas da ideia de nação, mas de seu território como uma condição de existência.

Assim sendo:

Tendo como objeto o conhecimento dos conteúdos e das dinâmicas espaciais, os estudos geográficos sempre ofereceram um importante recurso para a necessidade de controle do território, que se consubstanciava no exercício do poder através tanto da expansão dos impérios da Antiguidade como através do aparato burocrático-institucional do Estado moderno. (CASTRO, 2005, p. 42-43).

Explorando o contexto histórico e territorial do surgimento da subdisciplina, ela aponta que na Alemanha e na Suíça, já em 1850, a geografia foi introduzida como disciplina escolar, antes mesmo de existir nas universidades. Após a vitória da Alemanha na guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, políticos perceberam que a geografia poderia servir a um propósito político e militar na estrutura formal do ensino alemão. A educação geográfica serviria para difundir a ideia de Estado-nação, meta essencial nesse período de unificação do país e a necessidade de formar professores levou o governo prussiano a criar cátedras de geografia em todas as suas universidades (CASTRO, 2005)

Castro segue em linha semelhante aos autores anteriores, afirmando que a importância do conhecimento geográfico se articulou com o contexto interno do progresso econômico dos Estados nacionais em fase de consolidação. Nesse sentido,

o engajamento universitário aos projetos nacionais de desenvolvimento e a produção de conhecimentos aplicados ao controle dos territórios possibilitou a produção de uma resposta aos estímulos externos ligados a exploração de novas áreas coloniais.

Ao analisar especificamente a obra de Ratzel, Castro (2005) se empenha em defender a obra do autor, tentando, em suas palavras, “resgatá-lo do pecado original da disciplina”, pecado esse que foi o seu uso nos projetos imperialistas e belicosos dos países europeus. Para isso ela faz um paralelo da obra do alemão com Maquiavel, argumentando que, como este, Ratzel era um intelectual de seu tempo, e para ele o nacionalismo, como estratégia de consolidação do império alemão era mais importante que a adesão a uma ética política em defesa dos povos e dos Estados mais fracos.

Também em defesa de Ratzel, a autora afirma que no prólogo de sua obra Geografia Política de 1887 o autor expressa sua preocupação em lhe dar uma dimensão científica. Ela defende que para ele, esta disciplina só adquiriria vida com a elaboração de uma ordem estrutural do material bruto existente, que eram descrições, inventários estatísticos, cartas histórias e políticas criados por outros pesquisadores, além de uma pesquisa fundada na comparação e na abordagem dinâmica desse material. Para tanto, ele admite que essa tarefa realçaria a ciência política, mas esta não fazia qualquer consideração espacial sobre os fenômenos políticos, justificando a existência de uma geografia política para preencher essa lacuna teórica. (CASTRO, 2005)

Ela continua a defesa de Ratzel aprofundando as comparações com Maquiavel. Enquanto para o segundo, a Itália só superaria os limites de sua fragmentação política a partir da consolidação de um Estado absolutista que centralizasse o poder político, o primeiro considerava a que a Alemanha só teria sucesso ao fortalecer o ideal de nação, alicerçado na valorização do território.

2.2 – A geografia política no pós-guerra e na contemporaneidade

Prosseguindo com uma análise do desenvolvimento histórico da geografia política, será exposto a periodização proposta por Vesentini (2010). Ele divide a história da subdisciplina em três períodos: do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, de 1945 até 1970 e desta década até o presente.

O primeiro período é marcado pelo surgimento de “escolas nacionais” de geografia, com destaque para a alemã, a francesa e a britânica, que competiam de forma acirrada, ultrapassando inclusive limites éticos para os padrões atuais, com autores estrangeiros sendo reproduzidos sem a devida citação e tendo suas teorias desvirtuadas para serem objeto de crítica. Havia uma quase total identificação da geografia política com a geopolítica, com abordagens nacionalistas e o trabalho de temas já vistos anteriormente.

Sobre os principais autores dessa fase Vesentini afirma que:

Os próprios nomes e obras representativos desta fase ilustram bem essas características: os escritos de Vidal de La Blache sobre Ratzel ou sobre as regiões da Alsácia e Lorena; as importantíssimas obras de Sir Halford MacKinder, um dos principais forjadores da “escola geográfica britânica” e tido como o maior teórico da geopolítica clássica; os textos de Nicholas Spykman nos Estados Unidos; e as obras de Jean Brunhes e de Camille Vallaux, além de Jacques Ancel, na França, etc. (2010, p. 133).

O segundo período, do pós-guerra, é caracterizado por Vesentini (2010) com 4 traços. Primeiro por um rompimento com a geopolítica, que passou a ser visto como uma pseudociência. O segundo, complementar ao primeiro, é a adoção de um maior rigor teórico-metodológico, com ênfase na cientificidade em lugar da busca do poderio para tal ou qual Estado-nação. Essa cientificidade foi bastante variada, com influências do neopositivismo, do funcionalismo e do materialismo histórico. O terceiro traço se deve às preocupações com a guerra fria e com os sistemas socioeconômicos capitalista e socialista. Um quarto traço é o enfraquecimento das escolas alemã, britânica e francesa concomitante ao fortalecimento da escola norte-americana, que se tornou a mais importante em geografia política no pós-guerra. Isso decorre do enfraquecimento econômico da Europa no pós-guerra, o que reduziu as verbas para pesquisa e contribuiu para a emigração de diversos pesquisadores para os Estados Unidos. Neste país eles encontravam condições mais favoráveis tanto no que diz respeito aos proventos quanto aos recursos operacionais, tais como bibliotecas, laboratórios e apoio de recursos humanos. Outro aspecto relevante foi o crescimento do poderio econômico e militar estadunidense, que os elevou de fato à condição de potência mundial, status cuja manutenção exigia estudos, pesquisas e reflexões sobre a ordem internacional, a correlação internacional de forças no globo, entre outras relações entre o a política e os territórios.

Para Vesentini:

Os autores e escritos mais significativos desta segunda fase foram os de Richard Hartshorne (sobre a abordagem funcionalista na geografia política), de N. Pounds [que, segundo SANGUIN (1977b), escreveu o “primeiro manual de abordagem sistemática” sobre esse assunto], os de Saul Cohen (sobre geografia e política num mundo dividido), os de Jean Gottmann (sobre a política dos Estados e a sua geografia, e também sobre o significado de território), os de L.M.Alexander (sobre modelos políticos mundiais) e vários outros. (2010, p. 134).

Sobre esse segundo período, Costa afirma que após o termino da guerra e a derrota do nazi fascismo, a geopolítica, de imediato, praticamente desaparece dos meios acadêmicos em todo o mundo. Ela se torna rejeitada pela geografia e pela ciência política, tornando-se instrumento pseudocientífico para formulações de políticas de poder autoritárias em países do Terceiro Mundo como o Brasil e a Argentina, praticamente restrita aos círculos militares (COSTA, 2010[1992]).

Ele afirma que a geografia política que ressurgiu nos anos de 1950 é quase toda anglo-saxônica e praticamente restrita aos Estados Unidos, pois esse país possuía um clima acadêmico favorável e uma situação material consideravelmente melhor que França, Inglaterra e Alemanha. Além disso, durante os anos da guerra, havia uma quantidade grande de pesquisas, debates e publicações sobre o tema sendo publicados e disseminados em diversas universidades (COSTA, 2010[1992]).

A terceira e atual fase da geografia é caracterizada por Vesentini como “em aberto”, com um “renascimento”, ou melhor dizendo, uma expansão de temas, com a abordagem crítica de velhos temas e a invenção de novos. A esse respeito ele afirma que houve a influência de alguns temas marcantes como:

As lutas contra a guerra do Vietnã e pelos direitos civis nos Estados Unidos. O maio de 1968 na França e em outros países. O advento de novos sujeitos – como os movimentos sociais, o movimento feminista [que, inclusive, deu origem à geografia feminista], as lutas dos afro-americanos por direitos, as demandas dos homossexuais, etc. –, além de novas formas de luta ou de contestação. A crise do planejamento centralizado e do marxismo e, posteriormente, a derrocada do socialismo real. E o advento da globalização e da chamada nova ordem mundial. Todos esses fatos ou processos foram decisivos para o desenrolar desta nova fase da geografia política. (VESENTINI, 2010, p. 134).

Ele ainda indica influências de fora da disciplina, vindas da filosofia e de ciências sociais em geral: Michel Foucault e sua nova concepção de poder; Henri Lefebvre e sua ideia de produção do espaço; a escola de Frankfurt com sua “teoria

crítica”, principalmente através de Habermas; além das contribuições de Anthony Giddens e Manuel Castells. (VESENTINI, 2010)

Outra característica importante dessa terceira fase é que a geopolítica deixou de ser exorcizada, como na segunda, e foi reincorporada à análise geográfico-política. Contudo, e isso é fundamental, o Estado deixa de ser o ator político privilegiado e praticamente exclusivo e agora há uma ênfase no(s) poder(es) identificado também com vários outros fenômenos ou sujeitos:

[...] por exemplo, a sexualidade, o uso do corpo, a (re)organização do espaço, o advento de novos atores com as suas diferentes territorialidades, enfim com novas formas de luta e tensões, com novos poderes – ou micro poderes – e o uso que fazem do espaço. Das lutas tão somente *no/pelo* espaço (visto como natureza, ou natureza reelaborada pela ação humana), passou-se também à análise das lutas *com* o espaço (visto como construção do social). (VESENTINI, 2010, p. 134).

Costa (2013) caminha em sentido semelhante, afirmando que as obras mais recentes da geografia política não se limitam a enxergar o Estado como o único agente do poder. Especialmente nos países democráticos, outras formas de organização participam das decisões, tais como partidos, sindicatos, organizações não governamentais, entre outras. Contudo, ele observa que isso é válido especialmente para países que considerados mais avançados, em termos de desenvolvimento da democracia em países do centro do capitalismo. Para países periféricos (entre os quais ele enquadra o Brasil) não se pode subestimar o papel e a importância do Estado (COSTA, 2013[1988]). É válido pontuar que essa obra foi escrita durante o período de redemocratização após a ditadura militar, ou seja, o poder no Brasil estava bastante concentrado até então na burocracia estatal, principalmente na esfera federal. Costa demonstra que em âmbito interno o Estado brasileiro realiza políticas territoriais de expansão de suas fronteiras internas, relacionando essas políticas com os conflitos, por exemplo, com as comunidades indígenas. A esse respeito, ele faz uma comparação com as políticas prussianas na Alemanha.

Para Castro (2005), os desdobramentos do nazismo, do fascismo e do Holocausto conduziram a geografia política ao ostracismo. Contudo, a partir das décadas de 1970 e 80 fatos importantes renovaram os interesses pela disciplina nos meios acadêmicos mais conceituados. Esses fatos foram o fim da Guerra Fria e a desagregação da União Soviética, a globalização, as disputas de minorias por

territórios dentro das fronteiras nacionais, a expansão e o fortalecimento da democracia representativa, paralelamente ao enfraquecimento do Estado Nacional como interlocutor institucional privilegiado nos processos de transformação contemporânea. Aqui é necessário explicar que nesses processos de transformação, ela faz referência ao surgimento de diversos organismos supranacionais, como a União Europeia, a Comunidade dos Estados Independentes, o Mercosul e o Nafta, além de OTAN, ONU, entre outros.

Outros temas atuais indicados por ela são a contradição da revalorização da escala local como foco de análise, apesar da globalização fazer a escala global aparentemente dominar os debates, do ressurgimento dos nacionalismos mesmo com o enfraquecimento dos Estados nacionais e do maior controle das fronteiras em oposição ao aumento da circulação de mercadorias e mão de obra.

Para Castro:

A ampliação da política, incorporando questões da identidade política (como determinados grupos sociais se veem e definem seus objetivos) e dos movimentos políticos (por que partidos políticos ou movimentos políticos nascem em determinados lugares e por que possuem este ou aquele padrão geográfico de suporte), na impossibilidade de compor uma agenda completamente abrangente, tem conduzido cada vez mais à seleção e ao ordenamento de certos temas e questões, além daqueles tradicionais da disciplina. (2005, p. 18).

Por fim, a pesquisadora aponta que a renovação da geografia política nas décadas de 70, 80 e 90 preservou um grande pluralismo metodológico e possibilitou um novo interesse pelas questões políticas na geografia.

Como apontado de início, essa breve revisão da história da Geografia Política nos serviu para demonstrar os seus principais temas, autores e problemas, a fim de discutir como essa área da Geografia pode contribuir com o ensino.

3. A GEOGRAFIA POLÍTICA NA BNCC DO ENSINO MÉDIO

Esse capítulo está dividido em três partes. A primeira parte visa expor as finalidades da Base Nacional Comum Curricular, seus objetivos e o perfil de estudante que ela aponta querer formar. A segunda parte irá discutir quais são as aplicações da Geografia Política no contexto da BNCC, suas interfaces com o cotidiano e a relevância de suas análises para atingir os objetivos elencados pelo documento. Por fim, a terceira parte irá apresentar como as temáticas pertinentes à Geografia Política aparecem na BNCC, verificando se há uma posição de destaque ou se há apenas uma tímida referência.

3.1 – A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus objetivos

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das Etapas da Educação Básica. Ela integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018).

Na introdução do documento é explicado que as aprendizagens essenciais definidas por ela devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, consubstanciando, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Portanto, todo estudante brasileiro, ao terminar o ensino básico, de acordo com a BNCC, deverá ter desenvolvido essas dez competências. O documento, define competência como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas ou socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

Além das dez competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar, cada etapa da Educação Básica (que na BNCC está dividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) possui também competências específicas a serem desenvolvidas. Portanto, os estudantes, ao final de cada etapa da Educação Básica, deverão dominar competências específicas das mesmas, além das dez competências gerais propostas pela BNCC (Brasil, 2018).

Ainda na introdução, a Base afirma que, no novo cenário mundial:

“[...] reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2018, p. 14) ”.

Nesse contexto, a BNCC se compromete com a educação integral, definida pelo documento como a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. O documento reconhece ainda que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento. Além disso, afirma assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, sendo necessário promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

Ao final de sua introdução, a Base declara que cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, de forma transversal e integradora. São destacados temas como os direitos da criança e do adolescente, educação para o trânsito, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural.

É possível notar já na introdução alguns pontos em que a Geografia e em especial a Geografia Política podem contribuir com alguns dos objetivos da BNCC, como a educação ambiental, através dos acordos ambientais em diferentes escalas, as relações étnico-raciais através de análises de disputas territoriais, a educação em direitos humanos e as discussões sobre consumo, trabalho, ciência e tecnologia.

Ao analisarmos o capítulo da BNCC específico sobre o Ensino Médio somos apresentados a novos conceitos e objetivos. Ao longo de todo o capítulo há uma constante preocupação com as incertezas relativas ao mundo do trabalho e nas relações sociais devido às transformações na dinâmica social contemporânea, tanto nacional quanto internacional, advindas do desenvolvimento tecnológico. É constatado que essas transformações atingem diretamente os jovens e suas necessidades de formação. Além disso, atenta à grande desigualdade social brasileira, que influencia muito na perspectiva de vida que adolescentes, jovens e adultos possuem, a BNCC afirma ter a intenção de ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (BRASIL, 2018).

A Base aponta para a formação de sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis e responsabiliza as escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais da contemporaneidade, e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. Ainda é afirmada a expectativa de que a escola estimule os estudantes a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores e que se refletem nos contextos atuais, abrindo-se criativamente para o novo (BRASIL, 2018).

A BNCC afirma ainda, que uma das finalidades do Ensino Médio, entre outras, é o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Para que isso seja possível, aponta que a escola deve ser um espaço que permita aos estudantes valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito. Esse espaço deve permitir também que os estudantes promovam o diálogo, o entendimento e a solução não violenta dos conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista opostos e que compreendam que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas (BRASIL, 2018).

Percebe-se que há uma grande ambição por parte da BNCC de desenvolver nos estudantes uma consciência política muito forte, que compreenda os grandes

debates e problemas sociais e econômicos atuais, em diferentes escalas. Contudo, seria possível problematizar todo esse texto questionando as condições materiais reais que escolas e professores realmente possuem para trabalhar. Entretanto o objetivo desse trabalho não está em produzir uma crítica profunda sobre o texto final do documento, para tanto um trabalho muito maior seria necessário. Aqui nos limitaremos a analisar como e se os temas relacionados a Geografia Política aparecem na BNCC. Antes disso, na próxima parte deste capítulo discutiremos como essa parte da Geografia pode contribuir para a formação do tipo de estudante que a Base visa desenvolver.

3.2 – A Geografia Política e o ensino de Geografia

É importante levar ao cotidiano da sala de aula as discussões da Geografia Política, pois ela promove a compreensão das relações de força que se constroem em nossa realidade. O ensino médio é um ótimo momento para aprofundar os estudos nessa área, pois é nessa fase da vida que as atividades do dia a dia propiciam que os estudantes percebam essas relações de força e adquiram maturidade para questioná-las.

Como aponta Riceto (2017), as discussões da geografia política ou da geopolítica normalmente ficam restritas a repartições estratégicas do Estado, como forças armadas, serviços de inteligência, embaixadas, ministérios e secretarias. Entretanto, desde meados do século XX, outros agentes ganharam importância na construção das ações analisadas por essa subdisciplina, grandes corporações empresariais, ONGs, e organizações supranacionais. Apesar de essas discussões serem abordadas também pelos veículos de mídia, o acesso cotidiano a essas abordagens pelos estudantes é limitado e a formação crítica dos mesmos fica comprometida.

Riceto aponta que a máquina do Estado e os grandes grupos empresariais, apesar da participação de outros atores, como visto anteriormente, reorganizam o espaço e as estruturas que o compõem, de forma profundamente significativa e com grande escala de abrangência, objetivando garantir seus interesses. Isso é possível por terem acesso a instrumentos (capital, tecnologia, grande mídia e a máquina estatal) e informações estratégicas espacialmente. Ele ainda aponta que:

“É curioso observar que esse domínio aparece camuflado, difícil de ser percebido pela maior parte da sociedade, a qual em seu cotidiano não é municiada de conhecimentos suficientes para a realização dessa leitura. As formas de organização e apropriação do espaço parecem ser algo já estabelecido, sem necessariamente terem sido meticulosamente orquestrados ao longo do tempo. A esmagadora maioria componente da sociedade não se dá conta de que forças profundas criam um cenário previamente limitado, onde ocorrerá sua (sobre) vivência (RICETO, 2017, p. 396) ”.

A partir dessas colocações iniciais, é preciso partir para uma segunda reflexão. Uma das possibilidades metodológicas de análise da Geografia Política é pensar os fenômenos a partir de diferentes escalas, como proposto por Iná Elias de Castro (2005). Nesse sentido, é possível analisar a escala global, nacional, regional, local, entre outras e, nessa perspectiva, como os fenômenos políticos são abordados no ensino de geografia?

Em artigo de 2017, Lara Moraes Borowski e Antonio Angelo Martins da Fonseca discutem essa questão e demonstram o resultado de uma pesquisa realizada em colégios estaduais no estado da Bahia.

No artigo mencionado, os autores exemplificam alguns dos temas que as pesquisas sobre Geografia Política vêm trabalhando, tais como iniciativas locais de combate ao desemprego, estratégias de atração de empresas e competição entre os lugares, organização e mobilização da sociedade em torno de questões ambientais, educacionais e culturais, criação e atuação de conselhos, ampliação de consórcios intermunicipais, criação de agenda 21 local, criação de novos planos diretores, divisão e criação de novos municípios e conflitos entre municípios (BOROWSKI; FONSECA, 2017).

Borowski e Fonseca (2017) defendem que o estudo dos fenômenos políticos a partir da escala local é essencial para a compreensão do conceito de cidadania pelos estudantes, pois problemas do cotidiano como transporte, moradia e trabalho são mais palpáveis a partir dessa perspectiva escalar. Além disso, eles entendem que para se alcançar uma aprendizagem significativa é necessário partir dos conhecimentos prévios do aluno, o que ocorre de maneira mais imediata a partir dos problemas da escala local. Apontam, ao mesmo tempo, que dificilmente essa escala é abordada do ponto de vista político em sala de aula, devido ao modo como trabalham os livros didáticos e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Segundo os autores, os PCNs abordam a escala local a partir da geografia humanista,

partindo para discussões mais subjetivas, especialmente nos ciclos do Ensino Fundamental.

Mas o ponto central do artigo desses autores está calcado em um trabalho de campo realizado em 16 colégios estaduais de Salvador, com a realização de questionários a 23 professores de Geografia. O questionário continha duas questões: a primeira solicitava que os professores elencassem, por ordem de importância, os temas de geografia política trabalhados em sala de aula, a partir de uma lista prévia apresentada, envolvendo 13 temas. Alguns desses temas se encontram com frequência em livros didáticos, juntamente com temas propostos pelos autores e que eles julgavam importantes para o ensino, tais como movimentos sociais, democracia e gestão territorial da escala do Município (BOROWSKI; FONSECA 2017).

O resultado foi que os cinco temas considerados mais importantes pelos professores entrevistados, dos trezes propostos, referiam-se às escalas nacional e global, a saber: formação territorial dos Estados Nacionais, Globalização e Nova Ordem Mundial, organização do Estado e território nacional, a sociedade e as diferentes formas de organização política e organizações internacionais e blocos econômicos. Os três temas considerados menos importantes foram: redefinição de fronteiras, para além do Estado: democracia direta e autogoverno e a gestão territorial do município. O resultado desse primeiro questionário encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1. Principais temas de Geografia Política abordada em colégio estaduais de Salvador (BA) conforme opinião de professores e segundo a ordem média de importância

TEMA	ORDEM DE IMPORTÂNCIA (Média)
1 Formação territorial dos Estados nacionais	4,65
2 Globalização e nova ordem mundial	4,74
3 Organização do Estado e territórios nacional	4,91
4 A sociedade e as diferentes formas de organização política	5,57
5 Organizações internacionais e blocos econômicos	5,87
6 Democracia e cidadania: a reivindicação dos direitos	6,74
7 Poder político nas escalas regional e local	7,48
8 Geopolítica dos recursos naturais	7,65
9 Movimentos sociais e suas ações territoriais	8,48
10 Conflitos e guerras na escala global	8,52
11 Redefinições de fronteira	8,87
12 Para além do Estado: democracia direta e autogoverno	9,35
13 A gestão territorial do município	10,26

Elaboração original: Lara Moraes (BOROWSKI; FONSECA, 2017).

No segundo item do questionário os entrevistados deveriam responder em uma questão aberta qual a importância de se abordar temas relacionados à Geografia Política nas salas de aula da educação básica e quais sugestões poderiam ser dadas para tornar o conteúdo mais atrativo e útil aos estudantes. Nesse caso 53% dos 23 professores consideraram que a Geografia Política contribui para uma formação cidadã e crítica, 13% disseram que ela ajuda na ampliação dos conhecimentos e outros 13% informaram que ela é importante para a compreensão da geopolítica atual, enquanto 23% não responderam.

Em suas respostas, 13% dos entrevistados citou a escala global como sendo uma escala de análise importante, outros 13% a escala global e nacional, 13% citaram uma abordagem multi-escalar, 8,7% citaram apenas a escala nacional e 52% não citaram nenhuma escala.

Relativo às sugestões dadas para tornar o conteúdo mais atrativo, 24% acreditam que um dos caminhos é uma abordagem mais contextualizada, aproveitando conhecimentos prévios que os alunos apresentam e realizando um maior diálogo entre as escalas geográficas. Quanto a outras sugestões destaca-se, também com 24% a sugestão do uso de tecnologias da informação e comunicação

(TIC) no intuito de tornar as aulas mais atrativas e dinâmicas. As sugestões dadas encontram-se na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2. Sugestões destacadas pelos professores de se abordar temas relacionados à Geografia Política nas salas de aula

SUGESTÕES	(%)
Atenção aos conhecimentos prévios do aluno e diálogo entre as escalas	24,1
Uso das TIC ¹	24,1
Estimular maior participação do aluno	13,6
Interdisciplinaridade	6,7
Aula com atualidades geopolíticas	6,7
Outros	6,7
Não responderam	17,2

Elaboração: Lara Moraes, 2014 (BOROWSKI; FONSECA, 2017).

Nota 1. TIC: Tecnologia da Informação e comunicação

Nota 2. O somatório das sugestões dada não fecha 23 entrevistados porque foram dadas mais de uma Sugestão por entrevistado

Essa visão dos professores se reflete nos livros didáticos, visto que são produzidos por professores também. Em artigo no qual expõem como dois dos principais livros didáticos pedidos pelas escolas trabalham temas da Geografia Política, Ludmila Losada da Fonseca e Ivaine Maria Tonini chegam a conclusão semelhante sobre o tema da abordagem das escalas dos fenômenos políticos:

“A Geografia Política se apresenta no livro didático por meio de conteúdos que trazem o cenário internacional como escala principal, possibilitando aos discentes se enxergarem como cidadãos do mundo, a compreender como os países se relacionam e porque eles conflitam. Entretanto, mesmo que a escala internacional ganhe destaque, é na vida cotidiana dos alunos (local) que esses conteúdos ganharão significados. E é nessa conexão que o LD se ausenta, cabendo ao professor o desafio de estabelecer essa relação. Mesmo assim, o acesso a informações sobre questões internacionais provoca a ampliação do olhar do aluno para o mundo: conhece a diversidade de culturas, de rostos e de religiões”. (FONSECA; TONINI, 2018, p. 11)

Riceto (2017) caminha na mesma direção ao apontar que apesar do atual perfil globalizado da sociedade contemporânea, não se deve esquecer que o global é formado por recortes espaciais menores, e que grande parte das ações estratégicas dos atores políticos internacionais se manifesta em escala local, ainda que apenas

como consequência. Portanto, é nessa escala de análise que a compreensão dessas articulações pode se tornar mais palpável para o estudante.

Conclui-se, portanto, que a Geografia Política apresenta discussões relevantes para a formação de estudantes críticos como a BNCC almeja e o Ensino Médio é um momento ótimo para trabalhar com ela devido ao momento da vida em que os estudantes se encontram, aptos a questionar as relações de força que se apresentam a eles. Contudo ainda há possibilidades de novas formas de trabalho dessa subdisciplina da Geografia em sala de aula, a partir da exploração dos problemas políticos a partir da escala local, mais próxima da vida dos estudantes. No próximo tópico examinaremos como o documento da BNCC na etapa específica do Ensino Médio trabalha com a Geografia Política dentro da grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

3.3 – A Geografia Política na BNCC

A BNCC no capítulo em que trata sobre o Ensino Médio agrupou as disciplinas tradicionais em áreas comuns, estabelecendo assim quatro áreas, que são: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O documento afirma que essa forma de divisão não apaga a existência das disciplinas tradicionais, concluindo que a agrupamento das disciplinas em áreas objetiva apenas incentivar maior interdisciplinaridade na formação dos estudantes. A partir daí o documento apresenta subcapítulos específicos para discutir cada área.

O subcapítulo específico de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas inicia propondo que o compromisso educativo da BNCC tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade e o combate aos preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018).

Além disso, são propostas algumas categorias centrais para que a aprendizagem dos estudantes seja garantida:

“Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à

formação dos estudantes: **Tempo e Espaço, Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética e Política e Trabalho.** Cada uma delas pode ser desdobrada em outras ou ainda analisadas à luz das especificidades de cada região brasileira, de seu território, da sua história e da sua cultura“ (BRASIL, 2018, p. 562)

Nesse trecho, apesar de não se referir diretamente a Geografia Política, é possível perceber que algumas dessas categorias dialogam diretamente com temas trabalhados por essa subdisciplina da Geografia, principalmente Territórios e Fronteiras e Política e Trabalho, mas também nas outras, talvez apenas em menor proporção.

O documento então explica o que se espera trabalhar em cada uma dessas duplas de categorias. No trecho sobre o Tempo e o Espaço define que:

[...] deve-se analisar, comparar e compreender diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e desenvolvimento no tempo e no espaço, a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial são algumas das aprendizagens propostas pela área para o Ensino Médio. (BRASIL, 2018, p. 563)

O texto também traz em sua proposta de definição do espaço que, em sua concepção, deve contemplar as dimensões histórica e cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. Espaço estaria, desse modo, associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados (BRASIL, 2018).

Sobre a categoria Território, a BNCC afirma que ela é:

[...] usualmente associada a uma porção da superfície terrestre sob o domínio de um grupo e suporte para nações, estados, países. É dele que provêm alimento, segurança, identidade e refúgio. Engloba as noções de lugar, região, fronteira e, especialmente, os limites políticos e administrativos de cidades, estados e países, sendo, portanto, esquemas abstratos de organização da realidade. Associa-se território também à ideia de poder, jurisdição, administração e soberania, dimensões que expressam a diversidade das relações sociais e permitem juízos analíticos. (BRASIL, 2018, p. 564).

Já sobre a categoria Fronteira, afirma-se:

“Fronteira também é uma categoria construída historicamente. Ao expressar uma cultura, povos definem fronteiras, formas de organização social e, por vezes, áreas de confronto com outros grupos. A conformação dos impérios coloniais, a formação dos Estados Nacionais e os processos de globalização problematizam a discussão sobre limites culturais e fronteiras nacionais”. (BRASIL, 2018, p. 564).

Território e Fronteira, como definidas pela BNCC, são as categorias mais diretamente ligadas à Geografia e mais especificamente à Geografia Política, mesmo sem uma referência direta, ainda que sempre apresentando um diálogo com outras disciplinas como História e Sociologia.

A categoria Política e Trabalho também é relevante para nossa discussão e aqui há uma menção direta do documento à Geopolítica. Política na BNCC é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (BRASIL, 2018).

Afirma-se ainda que:

[...] no mundo contemporâneo, essas questões observadas tanto em escala local como global ganham maior visibilidade na Geopolítica, pois ela enuncia os conflitos planetários entre pessoas, grupos, países e blocos transnacionais, desafio importante de ser conhecido e analisado pelos estudantes (BRASIL, 2018, p. 568)

Nas categorias analisadas, com ou sem referência direta à Geografia Política, percebe-se, por meio do histórico dos temas tratados por essa área da Geografia expostos no capítulo anterior, a grande contribuição que ela traz para atingir os objetivos de aprendizagem propostos pela BNCC, tanto gerais quanto específicos. Essas categorias são apresentadas e definidas na introdução do subcapítulo sobre Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, para em seguida serem desdobradas em competências e habilidades dessa área, que serão analisadas a seguir a fim de detectar-se como se relacionam com a Geografia Política de forma mais específica.

São seis Competências Específicas, cada uma apresentando diferentes quantidades de habilidades necessárias para garantir-se a aprendizagem da respectiva competência, das quais quatro são relevantes para esse estudo.

No total são 26 habilidades, distribuídas pelas 6 competências. 10 dessas habilidades abordam temas ligados à Geografia Política, ou seja, mais de 1/3 das habilidades. Isso demonstra o quanto a Geografia Política apresenta grande relevância para a BNCC e seus objetivos. As competências e habilidades da Base estarão expostas em anexo para consulta.

A Competência Específica 2 é uma das mais relevantes para a Geografia Política. Ela objetiva analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações. A BNCC define que nessa competência, pretende-se comparar e avaliar a ocupação do espaço e a delimitação de fronteiras, e também o papel dos agentes responsáveis por essas transformações. A Competência Específica 2 é dividida em 6 habilidades, das quais 4 são de nosso interesse imediato.

A primeira habilidade propõe, entre outros fins, analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas e povos em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. Percebe-se que essa habilidade necessita a discussão de muitos dos conflitos que ocorrem no mundo atual, sendo diretamente relacionada à Geopolítica.

A segunda habilidade da Competência Específica 2 pede a análise e a avaliação dos impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos, e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais, etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais. Essa habilidade está em consonância com o tema da globalização e suas causas e consequências.

A terceira habilidade é comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. A quarta habilidade, por sua vez, é analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis. É interessante notar que essas duas habilidades envolvem temas da Geografia Política mas apresentam também a possibilidade de abordagem interdisciplinar com a Sociologia.

A segunda competência a ser analisada é a Competência Específica 3, que visa, entre outros pontos, analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. Essa competência propõe-se a analisar os paradigmas que refletem pensamentos e saberes de diferentes grupos, povos e sociedades, incluindo-se os indígenas e quilombolas, levando em consideração suas formas de organização social e política, as relações de trabalho, os significados da produção de sua cultura material e imaterial e suas linguagens.

Duas habilidades da Competência Específica 3 serão de relevância para este trabalho. A primeira é a habilidade quatro: Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável. A segunda é a habilidade 5: Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis. Vimos que a partir dos anos 70 ocorreu uma renovação na Geografia Política com a introdução de novos temas e a questão ambiental é um dos principais, através da discussão de acordos, programas e legislações ambientais, em diferentes escalas.

A terceira competência de interesse para este trabalho é a Competência Específica 4: analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. Por meio desta competência a BNCC pretende, entre outros objetivos, que os estudantes compreendam o significado de trabalho em diferentes culturas e sociedades, suas especificidades e os processos de estratificação social caracterizados por uma maior ou menor desigualdade econômico-social e participação política. É importante para a Base que os indicadores de emprego, trabalho e renda sejam analisados em contextos específicos que favoreçam a compreensão tanto da sociedade e suas implicações sociais quanto das dinâmicas de mercado dela decorrentes. Já a investigação a respeito das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais deve enfatizar as novas formas de trabalho, bem como seus efeitos, especialmente em relação aos jovens e às futuras gerações. A discussão sobre as novas formas de trabalho tem especial espaço na Geografia ensinada no Ensino Médio.

Dentro dessa Competência Específica, apenas uma habilidade dialoga diretamente com a Geografia Política, a habilidade três: caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos. Essa habilidade dialoga com o processo de globalização já tão debatido na Geografia, bem como abre espaço para trabalhar temas relevantes da atualidade como a “uberização” do trabalho e as reformas na legislação trabalhista brasileira, bem como uma discussão mais geral sobre Direitos Humanos.

A última Competência Específica a ser analisada é a 6: participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. A BNCC afirma que a construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, essa competência propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social. Para

o desenvolvimento dessa competência, a Base espera que a política seja explorada como instrumento que permite às pessoas explicitar e debater ideias, abrindo caminho para o respeito a diferentes posicionamentos em uma dada sociedade.

Essa competência apresenta seis habilidades, mas apenas três se aproximam diretamente à Geografia Política. A primeira delas é a habilidade três: analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania, etc.). Essa habilidade dialoga bastante com Sociologia, podendo realizar interessantes trabalhos interdisciplinares.

A habilidade quatro é outra que se relaciona com a Geografia política: discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais. Essa habilidade trabalha a política na escala global, estudando a atuação de instituições como a ONU, o FMI, o BIRD, a OMC e os blocos econômicos. Outro tema que está ligado a globalização na maior parte dos livros didáticos.

Por fim, a habilidade seis propõe: analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Essas são as Competências Específicas e habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que dialogam com a Geografia Política dentro da BNCC. Ao final dessa descrição, o que podemos concluir sobre a forma com que a Base trabalha esse tema?

Percebe-se que o texto da Base defende a formação de estudantes críticos e que compreendam os problemas sociais que o mundo enfrenta hoje, dentro do sistema capitalista, em diferentes escalas. Contudo, é questionável se as escalas abordadas são o suficiente para desenvolver essa compreensão nos estudantes. A grande maioria dos problemas propostos pelo documento trabalham em linha com a

forma com que os livros didáticos e os materiais apostilados abordam esses temas hoje: com a predominância de discussões em torno dos temas nacionais e globais.

Há quase uma ausência de discussões a partir da escala local, inclusive na Competência Específica 6, onde se encaixariam de forma bastante apropriada. Ou seja, problemas que envolvem diretamente o cotidiano dos alunos, que ocorrem no nível do próprio município e teriam muito potencial para atingi-los diretamente são bastante subestimados. Essa forma de trabalhar a Geografia Política já é utilizada hoje e apresenta certa dificuldade, em alguns temas, de provocar o interesse dos estudantes, devido à grande distância, inclusive física, dos mesmos.

Sem prejuízo para as discussões sobre os problemas nacionais ou internacionais, ou o fim dos estudos sobre conflitos que ocorram em outros países, um desafio que se apresenta para a efetividade da formação dos alunos críticos no Ensino Médio é levar a sala de aula mais debates sobre a política a partir da escala local, pois compreende-se que o potencial para o entendimento do conceito de cidadania e para uma formação crítica seja maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua origem até os dias atuais, os temas e conceitos relacionados a Geografia Política passaram por muitas transformações. No final do século XIX e início do XX, com a institucionalização da Geografia na Alemanha e o reconhecimento formal da Geografia Política como uma subdisciplina, a partir dos trabalhos de Ratzel, os geógrafos políticos, como o próprio Ratzel, Mackinder na Inglaterra e Mahan e Spykman nos Estados Unidos eram mais engajados ideologicamente e produziam estudos e discursos ligados aos interesses territoriais do Estado.

Entretanto ao longo de seu desenvolvimento, a Geografia Política, principalmente após a década de 70, outros atores ligados ao desenvolvimento das relações de poder que envolvem políticas territoriais passam a fazer parte das análises. Hoje são relevantes para a análise da Geografia Política agentes como as corporações transnacionais, movimentos sociais, ONGs, organismos supranacionais, entre outros. Esses agentes exercem influência e disputam a definição e realização de políticas territoriais que modificam os espaços em diferentes escalas, globais, nacionais, regionais ou locais. Por isso, é de grande relevância que as estratégias territoriais e as características desses atores sejam estudadas pelos alunos de Ensino Médio, visto que nesta etapa da educação básica eles em geral adquirem maior maturidade, devido às atividades rotineiras, para compreender e questionar as relações de poder que se apresentam.

A nova BNCC do Ensino Médio propõe a formação de estudantes capazes de identificar essas relações de poder e pensá-las de forma crítica, portanto a Geografia Política mostra-se capaz de contribuir para atingir os objetivos da Base. De fato, ao analisarmos as competências e habilidades propostas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, percebe-se a presença de temas que possuem relevância e são estudados pela Geografia Política.

Contudo, ainda que a Geografia Política esteja presente de forma destacada na BNCC, ela adquiriria maior potencial didático se trouxesse mais discussões envolvendo os problemas políticos em escala local, trabalhando com problemas do município dos estudantes. Isso porque são justamente esses problemas, envolvendo os transportes, o emprego, os serviços municipais, o plano diretor ou conflitos

administrativos entre municípios que possuem maior potencial para atingir a vida dos estudantes.

O desafio que se apresenta agora para os profissionais do ensino é desenvolver formas de efetivas de aprendizagem para os problemas políticos de escala local, visto que são pouco abordados na BNCC e em livros didáticos ou materiais apostilados, o que se reflete na forma como os professores trabalham a Geografia Política em sala de aula, privilegiando problemas e conflitos de escala nacional e global. Além disso, é necessário desenvolver também pesquisas sobre como a Geografia Política é trabalhada nos cursos universitários responsáveis pela formação de professores, incentivando mais discussões sobre estratégias de ensino desses temas.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira De Normas Técnicas. ABNT NBR 14724, Trabalho acadêmico. 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio (BNCC – EM)**. Brasília: MEC; Resolução CNE/CP nº 15/2017. 2018.
- BOROWSKI, L. M.; MARTINS DA FONSECA, A. A. **O Ensino da Geografia Política Local na Escola como Perspectiva de Efetivação da Cidadania**. Geografia, Ensino & Pesquisa, v. 21, n. 2, p. 88-98. 2017. ISSN: 2236-4994 DOI: 10.5902/2236499424484
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2010.
- COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 11 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- FONSECA, L. L.; TONINI, I. M. **Os Dizeres de Geografia Política nos Livros Didáticos De Geografia Do Ensino Médio**. I Colóquios internacional de Educação Geográfica. A Educação Geográfica no Âmbito Ibero-Americano: Contextos e Perspectivas. Maceió (Al), 2018.
- GIROTTTO, E. D.; SANTOS, D. A. **A geopolítica e o ensino de geografia: estratégias didáticas para a retomada do diálogo**. Geografia Ensino e Pesquisa, Santa Maria, v. 15, n. 3, p. 139-153, set/dez. 2011.
- MARTINS, C. R. **América Latina e geopolítica crítica: contribuições para o ensino de Geografia no Ensino Médio**. In: VI Semana de Geografia da Unicamp. Campinas: Anais; n 1, 2010. Campinas: [online: <http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2010>].
- RICETO, A. **A Geopolítica no Ensino Médio: uma área intimamente geográfica**. Ensino em Revista, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 385-407, jul/dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393ER-v24n2a2017-05> Acesso em 30 out. 2020
- SANGUIN, A. L. **Renascimento institucional e o futuro da Geografia Política na França a partir da década de 1970**. ACTA Geográfica, Roraima, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, p. 63-81. 2014.
- TEXEIRA, V. T.; SILVA, M. S. **Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia**. Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 5, n 1, p. 133-155. 2015.
- VESENTINI, J. W. **Repensando a geografia política**. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. Universidade de São Paulo. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 20, p.127-142. 2010

ANEXOS

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Habilidades da competência 1

HABILIDADES

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Habilidades da Competência 2

HABILIDADES
(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.
(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).
(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.
(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Habilidades da Competência 3

HABILIDADES
(EM13CHS301) Problematicar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.
(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.
(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.
(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.
(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.
(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

Habilidades da Competência 4

HABILIDADES
(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.
(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.
(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.
(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Habilidades da Competência 5

HABILIDADES
(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Habilidades da Competência 6

HABILIDADES
(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.
(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.
(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.
(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.
(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.